

**RESUMO**

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica, cujo objetivo é descrever as trajetórias de vida, atuação comunitária e práticas educativas realizadas e/ou vivenciadas por mulheres que participam do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de Caetité-BA. Além disso, visa entender como se dá o processo de crescimento e empoderamento das mulheres tanto no aspecto individual quanto no aspecto coletivo e social. A pesquisa fundamentou-se na abordagem qualitativa e foi realizada, em duas fases: bibliográfica e de campo. Utilizou-se para a coleta de dados análise documental, rodas de conversa, observações com registro em diário de campo, além da entrevista semiestruturada realizada na própria comunidade, no local onde elas se reúnem. Pretendeu-se traçar os perfis das mulheres do MMC de Caetité, destacando a trajetória de vida e de formação trilhada por elas. O referencial teórico tem como base os estudos e pesquisas que tratam das mulheres camponesas. Por fim, foi possível perceber que o processo de crescimento das mulheres do MMCC tanto no aspecto individual quanto coletivo, se deu pelas práticas educativas realizadas durante todo esse percurso de existência do movimento. A busca pelo conhecimento do próprio corpo, sexualidade, sementes crioulas, geração de renda por meio da Meuryluta e Apimuc, a fizeram enxergar muito além do que a sociedade as possibilitava enxergar.

**Palavras-chave:** Estudos e pesquisas. Mulheres camponesas. Atuação comunitária. Práticas Educativas. Trajetórias de vida.

**ABSTRACT**

This article is the result of a Scientific Initiation research, whose objective is to describe the life trajectories, community action and educational practices carried out and/or experienced by women who participate in the Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) of Caetité-BA. In addition, it aims to understand how the process of growth and empowerment of women occurs both in the individual aspect and in the collective and social aspect. The research was based on a qualitative approach and was carried out in two phases: bibliographic and field. Documentary analysis, conversation circles, observations recorded in a field diary, in addition to semi-structured interviews carried out in the community itself, where they gather, were used for data collection. It was intended to outline the profiles of the women of the MMC of Caetité, highlighting the life and training trajectory followed by them. The theoretical framework is based on studies and research dealing with peasant women. Finally, it was possible to perceive that the process of growth of the women of the MMCC, both in the individual and collective aspects, was due to the educational practices carried out throughout this path of existence of the movement.

The search for knowledge of her own body, sexuality, Creole seeds, income generation through Meuryluta and Apimuc, made her see far beyond what society allowed her to see.

**Keywords:** Studies and research. Peasant women. Community action. Educational Practices. Life trajectories.

*Submetido em:* 02 de nov. 2022

*Aceito em:* 26 de jan. 2023

**TRAJETÓRIAS DE VIDA, ATUAÇÃO  
COMUNITÁRIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS DE  
MULHERES CAMPONESAS DE CAETITÉ-BAHIA****LIFE PATHWAYS, COMMUNITY ACTION AND  
EDUCATIONAL PRACTICES OF PEASANT  
WOMEN FROM CAETITÉ-BAHIA**

Naiara do Prado Souza<sup>1</sup> /  
Sônia Maria Alves de Oliveira Reis<sup>1,\*</sup>

**1 INTRODUÇÃO**

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é composto por mulheres que pertencem à classe trabalhadora e lutam pelo fim de toda e qualquer forma de violência, opressão e exploração contra a mulher e pela igualdade de direitos. Elas se identificam pela produção de alimentos saudáveis, construção de um projeto de agroecologia, pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, construção de novas relações sociais e de gênero e por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e dos camponeses.

<sup>1</sup>Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Guanambi, Bahia - Brasil.

\*E-mail para correspondência: sonia\_uneb@hotmail.com

No intuito de conhecer e compreender melhor o MMC de Caetité-BA, propomos por meio deste estudo reconstituir a história e trajetória do grupo e de vida de algumas dessas mulheres que vivem e atuam há mais de 20 anos no Movimento de Mulheres Camponesas de Caetité<sup>2</sup>.

Por acreditar que esse grupo precisa ser reconhecido e valorizado não somente pelos cidadãos da cidade de Caetité-BA, mas por todos aqueles que acreditam em um futuro mais justo, que essa pesquisa tem por finalidade descrever as trajetórias de vida, atuação comunitária e práticas educativas realizadas e/ou vivenciadas por mulheres que participam do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de Caetité-BA. Para isso foi necessário traçar e analisar o perfil do grupo de mulheres camponesas de Caetité, a partir de dados sobre a sua situação social, econômica, escolaridade, faixa etária, pertencimento religioso e étnico; reconstituir, por intermédio da trajetória de vida de quatro mulheres camponesas, o processo de atuação e de formação no MMC, com destaque para os modos de participação no meio social e comunitário; descrever como são realizadas as práticas educativas realizadas pelo MMC bem como seus ideais e dificuldades.

## 2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, devido às características das questões e objetivos que orientaram o processo de investigação. A abordagem qualitativa permite uma compreensão dos dados obtidos durante o processo para posteriormente chegar a uma análise mais abrangente acerca do problema delimitado. Além disso, “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (BOGDAN; BIKLEN, 1982, p. 11). Ainda sobre a abordagem qualitativa, Minayo (2012, p. 21) afirma que é “essencialmente um objeto das Ciências Sociais, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Neste sentido, não se trata de quantificar, mas de analisar, compreender e interpretar o contexto de maneira natural a partir de interpretações.

A realização da pesquisa se deu inicialmente, por meio de um contato prévio e visita ao MMC de Caetité. Nesse primeiro contato, cerca de 30 mulheres preencheram uma ficha de identificação. Em seguida, foi realizada uma conversa informal sobre como se dá a organização e o funcionamento do grupo. De posse dos dados obtidos verificamos quais delas participam ativamente do MMC e quais aceitariam participar da pesquisa como colaboradoras.

Para coleta e produção de dados empíricos realizamos rodas de conversa, análise de documentos e observações com registro em diário de campo. No que se refere aos documentos utilizados para a coleta de dados, esses são citados no decorrer do texto como folhetos.

O diário de campo consiste em um instrumento utilizado para registrar dados recolhidos que puderam ser posteriormente analisados. Utilizamos também como instrumento para coleta de dados a entrevista semiestruturada, realizada com quatro mulheres<sup>3</sup>. Segundo Zago (2011) neste tipo de entrevista, apesar de o pesquisador já ter algumas per-

<sup>2</sup>Este artigo é um recorte dos resultados de uma pesquisa coordenada pela professora Dr<sup>a</sup> Sônia Maria Alves de Oliveira Reis, responsável pelo projeto de pesquisa intitulado “Trajetórias de vida e práticas educativas de mulheres em movimento(s) no Território de Identidade do Sertão Produtivo no Estado da Bahia”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), cujo CAAE é 47129015.9.0000.0057 e parecer favorável é 1.259.062. Financiada pelo Edital Universal (MCTI/CNPq N° 01/2016) e Universidade do Estado da Bahia – UNEB, por meio do Editais de PIBIC (2017 a 2020).

<sup>3</sup>Para preservar a identidade das colaboradoras da pesquisa utilizamos nomes fictícios escolhidos por elas.

guntas pré-elaboradas, a maioria são geradas no decorrer da conversa, isto porque se trata de uma entrevista adaptável, flexível e se ajusta tanto ao indivíduo quanto à circunstância.

A técnica da entrevista permite uma relação de interação entre o pesquisador e o pesquisado gerando assim um diálogo que funciona como ponte para que o entrevistador chegue à compreensão da realidade. Zago (2011, p. 295) afirma que “a maneira e a condução da entrevista deve se ajustar às nossas preocupações”, ou seja, o entrevistador como mediador, é quem conduz o diálogo de modo que o entrevistado se sinta à vontade para relatar suas experiências. A entrevista permite ainda uma interdependência com outros procedimentos, como a observação, por exemplo, o que permite ao entrevistador utilizar-se de vários meios para a obtenção do que se deseja coletar.

As análises dos dados qualitativos coletados durante a investigação foram direcionadas com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Desse modo, as diferentes fases da análise de conteúdo foram organizadas em torno de três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, sendo que este último se subdivide em inferência e interpretação.

Na pré-análise, a preocupação inicial foi organizar todo o material que utilizamos durante a pesquisa. Nesse momento, descrevemos as entrevistas e separamos os dados a serem analisados. Esta foi uma fase de organização que contribuiu para uma melhor qualificação das primeiras ideias sobre a pesquisa.

Posteriormente realizamos a análise/exploração propriamente dita de todo o material obtido. Foi uma etapa também de organização e esquematização, na qual sistematizamos em unidades temáticas os dados mais relevantes do conteúdo.

A codificação foi um período de recorte, agrupamento e classificações dos dados que se relacionavam. Criamos quadros ilustrativos, cada um tratava de um tema como unidade de registro, sendo estes importantes não só para tabular dados, mas também para facilitar a comunicação.

Na inferência levamos em consideração o emissor (entrevistado) e o receptor (entrevistador). As mensagens adquiridas neste processo permitiram uma comunicação entre o conteúdo obtido na pesquisa e as bases teóricas que orientam o trabalho. Assim, os dados da pesquisa tiveram uma ligação com a teoria para uma melhor compreensão do objeto em estudo.

Por fim, a interpretação representou um momento em que ampliamos os significados das respostas da pesquisa, ao atrelar os conteúdos obtidos com as fundamentações teóricas, com o objetivo de chegar a uma conclusão dos resultados previstos, ou seja, à(s) resposta(s) para o problema de pesquisa. Nesta fase, esquematizamos todos os dados para uma leitura geral do estudo.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 SURGIMENTO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS**

De acordo com Gohn (2011) os movimentos sociais são grupos ou entidades que se organizam na tentativa de combater as diversas práticas de injustiças e desigualdades existentes na população. Seu principal objetivo é realizar um diagnóstico da realidade social e construir propostas de melhorias que prezem pela inclusão social.

Dentro desse grupo que luta por seus direitos, estão as mulheres. A história de luta e organização das mulheres trabalhadoras sempre existiu, basta observar na história da humanidade, sempre há evidências de sua participação, seja em guerras ou na constituição dos povos (MMC, BRASIL, 2016).

No Brasil, nos anos de 1980 se consolidaram diversos movimentos de mulheres nos estados, em sintonia com o surgimento dos movimentos do campo. A partir dessa iniciativa, as trabalhadoras rurais buscaram criar sua própria organização e lutar pelo reconhecimento e valorização do seu trabalho. Estava na pauta dessa luta, a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários como salário-maternidade e aposentadoria, participação política, dentre outros (MMC Brasil, 2016).

Com todo esse processo, sentiram a necessidade de articular com as mulheres dos demais movimentos mistos do campo. Então, em 1995 criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (MMC BRASIL, 2016).

Aos poucos o Movimento foi se fortalecendo nos estados e avançando em lutas específicas e gerais. Nesse contexto, alguns grupos de mulheres perceberam a necessidade de criar um movimento próprio. É nesse momento que surge o Movimento de Mulheres Camponesas.

De acordo com o MMC Brasil (2016), a mulher camponesa é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas.

O Movimento de Mulheres Camponesas tem como principal missão a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação que lutam por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza. O desejo de libertação perpassa por toda mulher, desde a ribeirinha a da alta sociedade. Encontrar um grupo de mulheres camponesas que lutam por esse objetivo é significativo para quem estuda gênero, mulheres e almejam uma sociedade menos preconceituosa e desigual.

### 3.2 O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE CAETITÉ (MMCC)

O Movimento de Mulheres Camponesas de Caetité surgiu por volta de 1985, por meio da iniciativa de duas mulheres. Uma delas trabalhava na Paróquia Senhora Santana - Caetité e ao participar de encontros das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's, percebeu que as mulheres não tinham uma voz ativa na sociedade e tudo o que faziam dependiam do homem. Outro fato observado por elas e que as incomodavam era a falta de documentação e de reconhecimento do trabalho das mulheres. Aos poucos as mulheres foram se aproximando e se organizando com o intuito de se fortalecerem para organizar o MMC de Caetité-Bahia.

Quando estavam no processo de organização do MMC ocorreram dois episódios na diocese de Caetité que foram decisivos para a criação do Movimento de Mulheres Camponesas em defesa dos direitos das mulheres e dos homens do campo e da cidade, principalmente das camadas populares. Um desses episódios foi a morte de Dona Maria de Azevedo, ocorrida na cidade de Tanque Novo em 1984, quando pistoleiros atearam fogo em cerca de 350 pessoas a

mando de um fazendeiro contra a grilagem de terra. E o outro foi a construção da Barragem de Anagé, em que o governador da época Antônio Carlos Magalhães estava construindo uma barragem na cidade de Anagé e não queria indenizar as famílias. Nesses dois episódios tiveram destaque a participação das mulheres que lutaram contra toda repressão que se puseram frente às camadas populares. (FOLHETO, 02)

Então, olhando esse cenário de injustiça e ameaça às mulheres, principalmente com Maria de Azevedo, pobres e camponesas, Aneli Rodrigues de Oliveira, conhecida como Lira e Santana Matos criaram o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, assim, chamado inicialmente. Anos depois passou a ser nomeado Movimento de Mulheres Camponesas de Caetité-Bahia (MMCC). Nesse período, todo o processo contou com o apoio de Dom Antônio Alberto Guimarães Resende (bispo da diocese de Caetité) e da irmã Ída Marcon<sup>4</sup> por meio de ajudas de custo para aquisição de alimentos, realização de encontros de formação, mobilização e sensibilização das mulheres para a necessidade de organização comunitária e social.

Lira afirma que no início o MMCC era considerado “um carro de boi no meio de uma roça, cheio de toco, de garranchos, sem roda só com o chamado cocão e a gente arrastando. Porque era muito difícil”. Nesse período, as mulheres que aceitavam o convite de Lira e de Dona Santana porque sofriam repressões de suas famílias, principalmente de seus maridos, porém elas não desistiram.

Uma das primeiras campanhas criadas pelo MMCC, no ano de 1998, foi “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documento”. A campanha contou com a parceria e o apoio de alguns deputados e entidades civis e objetivava assegurar a documentação necessária à trabalhadora rural para garantir o reconhecimento da profissão e acesso aos benefícios sociais como salário maternidade e aposentadoria. De acordo com dados da época, a maioria das mulheres só tinha o título de eleitor e certidão de casamento. Conceder à mulher a oportunidade e o direito de ter sua documentação (RG, CPF, Carteira de habilitação, escritura de imóveis, etc.), à época, foi uma grande conquista do MMC de Caetité. (FOLHETO, 03).

Além dessa, outras campanhas foram realizadas com o intuito de conscientizar as mulheres camponesas sobre seu papel na sociedade e discutir temáticas como: a violência contra a mulher, agricultura familiar, sexualidade, liberdade financeira, dentre outras. A partir dessas iniciativas, muitas vidas foram sendo modificadas como, por exemplo, a vida de Dé, uma das integrantes do MMC de Caetité. Sobre isso, ela afirmou que após sua entrada no Movimento de Mulheres Camponesas, passou a conhecer sobre os direitos das mulheres e como lutar contra qualquer tipo de violação.

Atualmente o MMCC é composto por aproximadamente 200 mulheres que são filiadas em dois grupos denominados *Meuryluta*<sup>5</sup> e *Apimuc*. Além das mulheres há esporadicamente a participação de homens no MMCC, porém eles não são filiados. As mulheres reconhecem que a participação deles favoreceu a mudança nas relações familiares, sociais e comunitárias.

No que se refere ao Meuryluta há aproximadamente 30 mulheres associadas. Assim que o MMCC começou a vigorar, as mulheres se viram em um dilema: como sobreviveriam financeiramente? No início, as mulheres traziam da zona rural alguns produtos cultivados em suas terras como: feijão, arroz, verduras, frutas, etc. vendiam nas feiras livres ou de porta em porta e doavam uma parte do lucro para o grupo. Com estas contribuições eram custeadas as despesas

<sup>4</sup>A igreja neste período histórico vivia no seu processo de evangelização, as orientações do Concílio Vaticano II e a inspiração da Teologia da Libertação recomendava a vinculação entre fé e vida.

<sup>5</sup>O nome do grupo é uma homenagem à dona Maria de Azevedo e significa “Maria na luta”.



do MMCC. Infelizmente, essa prática gerou desconforto nos maridos que passaram a questioná-las acerca dessas doações e das atitudes de auto-organização das mulheres.

Ao sentir esse desconforto, Lira quis propor algo que beneficiasse o grupo dando-lhe uma maior liberdade econômica e que as mulheres não precisassem recorrer a seus maridos. Assim surgiu o Meuryluta um grupo que utiliza dos frutos da região, para fabricar doces, polpas e derivados. Os recursos arrecadados são revestidos em ações que visam à manutenção do grupo Meuryluta e a permanência das “Marias na luta”.

Primeiramente, os doces eram fabricados pelas mulheres em casa com conhecimentos passados de suas mães e avós. Depois levavam os doces já prontos para a cidade para serem comercializados em feiras livres. Vendo que essa prática poderia evoluir, Lira buscou informações sobre o que seria necessário para produzir os doces em maior quantidade e qualidade e com uma distribuição maior na região. Feito isso, foram atrás de parcerias para aperfeiçoar a produção e garantir a comercialização em Caetité e região.

Em um espaço cedido por uma senhora (integrante do grupo) que doou sua casa situada no município de Caetité para o preparo e comercialização dos produtos, iniciaram então a produção dos doces. E com a ajuda da Irmã Ída e de benfeitoras italianas adquiriram posteriormente, a sede própria do MMC de Caetité onde as mulheres do campo vendem os frutos (manga, goiaba, jaca, acerola, jabuticaba, pequi, umbu, banana, maracujá do mato, etc.) para serem processados e posteriormente comercializados.

Figura 1: Sede do MMC de Caetité-Bahia



Fonte: arquivo das pesquisadoras

No início da produção o MMCC contou com o apoio do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) por meio de visitas técnicas, intercâmbios e cursos de formação. Com esse apoio as mulheres passaram a conhecer outros frutos da região que poderiam ser aproveitados e aprenderam a fabricar produtos como geleias, licores, polpas e outros.

Figura 2: Produção do MMCC



Fonte: arquivo das pesquisadoras

A Associação dos Apicultores do Município de Caetité (APIMUC) surgiu na década de 1990 e conta com aproximadamente 40 filiados. Após a chegada de algumas empresas na cidade de Caetité, percebeu-se a necessidade do cuidado com o meio ambiente, surgindo assim o Movimento Ambientalista Terra (MATER). Nesse período, essa empresa descobriu uma prática irregular de extração de madeira para a produção de carvão, por parte de algumas famílias da zona rural. Preocupada tanto com as famílias que necessitavam da renda para sobreviver, quanto com a questão ambiental, Lira uni-se a empresa e criou um projeto para pôr fim a essa prática.

Após uma reunião, elaboraram um projeto que pretendia implantar uma casa de mel para a criação de abelhas. Quando se tornou vereadora em 2004, levou a proposta a um deputado federal que financiou o projeto por meio de uma emenda parlamentar. Além da cidade de Caetité outras cidades foram beneficiadas com o projeto, como a cidade de Palmas de Monte Alto e Livramento de Nossa Senhora. Na cidade de Caetité, a estrutura foi montada nas comunidades de Sapé e Vereda dos Cais, porém toda a região tem acesso.

Com a implantação e o funcionamento do projeto, Lira reconhece que o objetivo da atividade ainda não foi alcançado como planejado. No entanto, percebe a APIMUC como um grupo que pode crescer, consolidar e gerar renda às famílias por meio da produção e comercialização do mel.

Nesse contexto, Lira (2019) enfatiza que "se acabar com todas as abelhas do mundo, o mundo sofrerá as consequências". Ela explicou que esta afirmação foi extraída de uma pesquisa bibliográfica que fez recentemente para realizar uma palestra informativa nas comunidades praticantes da extração de carvão. Afirmou que "a pessoa quando passa a ser apicultor não mata nem um mosquito, a consciência dela passa a ser muito grande". Segundo Lira, à época, em que limpa as roças para a plantação já deixam o que as abelhas vão usar para alimentação. Acredita que a prática da apicultura é uma possibilidade de geração de renda para o MMCC e uma ação concreta de cuidado e proteção do meio ambiente.

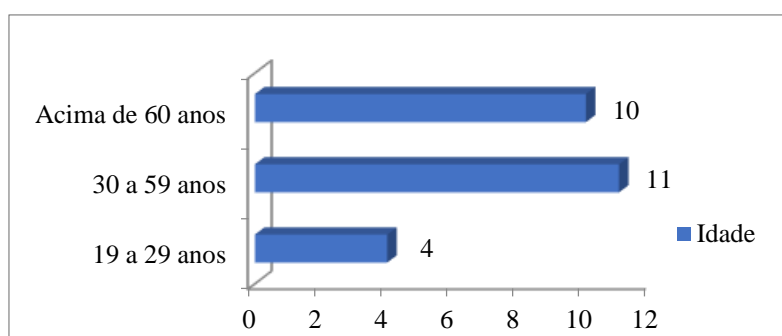
### 3.3 PERFIL DAS MULHERES DO MMC DE CAETITÉ

Com o objetivo de traçar o perfil das mulheres que participam do MMC de Caetité, conversamos com 25 delas e pedimos algumas informações por meio do preenchimento de um questionário distribuído para todas. Com base nas respostas identificamos que a inserção no MMC se deu de modos e tempos diferentes: 8 mulheres disseram que parti-

icipam desde a fundação que ocorreu em 1984; 7 mulheres têm menos de 5 anos de participação; 10 mulheres têm de 5 a 20 anos de participação. Segundo elas há quase 200 participantes no MMCC distribuídas em grupos de aproximadamente 25 pessoas. Ao analisar o tempo de permanência no grupo percebe-se a perseverança dessas mulheres que apesar das dificuldades enfrentadas como as limitações da idade, a distância geográfica, as provações no trabalho e, principalmente, na família não fizeram com que elas deixassem de participar dos encontros e acreditar que podem ser muito mais do que a sociedade impõe a elas.

No que se refere à faixa etária observa-se que o grupo é composto, predominantemente, por mulheres adultas e idosas, conforme podemos visualizar na figura 3.

Figura 3: Faixa etária das participantes do MMC de Caetité



Fonte: dados do questionário

Nessa perspectiva, Lira, sinalizou que uma das dificuldades do grupo no momento é pensar estratégias e ações para envolver a juventude. Ela manifestou seu receio em relação à continuidade da atividade dizendo que é preciso mobilizar as gerações mais jovens para conhecer o trabalho das mulheres e passar para as próximas gerações. Lira lamenta que a sociedade atual viva um processo conflituoso e de negação acerca das trocas de saberes intergeracionais.

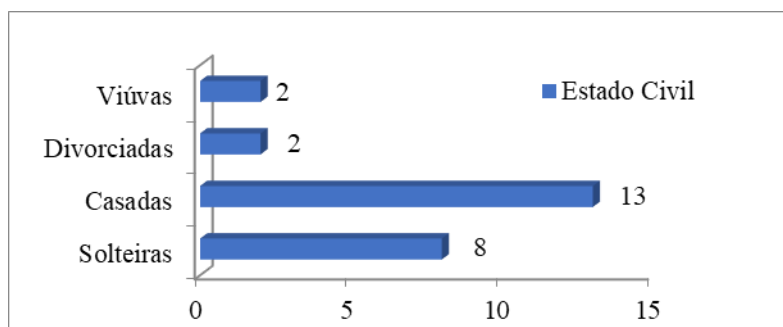
De acordo com Nigri (2013) ao longo da história, as transformações dos modos de produção, e em particular, o aprofundamento da individualização provocado pela revolução técnica e informacional, especialmente pelas implicações sociais, econômicas, políticas e ideológicas, tem trazido consequências nas atuais relações. Essa sociedade do “descartável” tende a segregar pessoas e grupos em “tribos” com dialetos, linguagens e culturas próprias, quase sempre classificadas por faixas etárias, que se fecham para os contatos com as demais gerações.

Com isso, ampliam-se segmentos e sujeitos sociais excluídos, principalmente os de idade mais avançada. Diante disso, a memória e a história ficam secundarizadas, com enorme prejuízo cultural para todas as gerações. A importância da intergeracionalidade está exatamente no intercâmbio entre grupos etários diferentes e na troca que se estabelece entre as gerações, difusão de saberes, na transmissão da memória sócio-histórica e/ou tradições e passagens de rituais sociais, na perspectiva do fortalecimento dos grupos ou da sociedade (NIGRI, 2013; REIS, 2014). Nesse sentido, o MMCC reconhece a necessidade de aproximar as jovens e estabelecer um diálogo com elas sobre os saberes da experiência e o desejo de continuidade do que realizam.

Ao perguntar as mulheres, participantes do questionário sobre seu estado civil, percebe-se uma predominância de casadas.



Figura 4: Estado Civil das mulheres do MMC de Caetité.



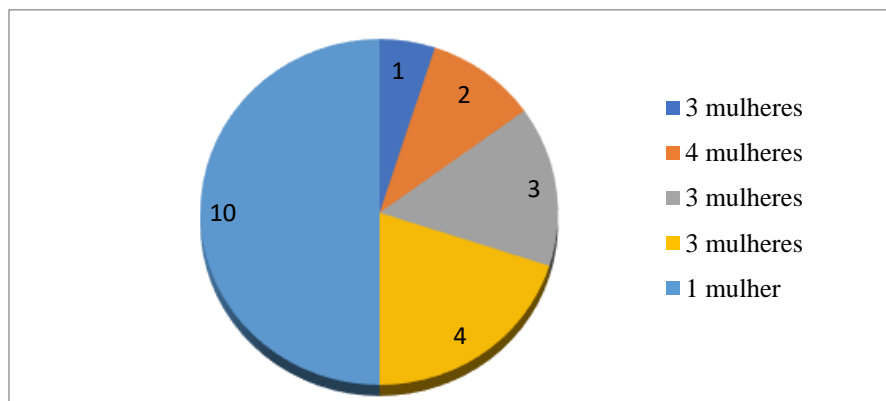
Fonte: dados do questionário.

Ao conversar com Lira ela contou que algumas mulheres relatavam que ao escolher fazer parte do MMC de Caetité, sofreram algum tipo de julgamento ou tentativa de impedimento por parte de seus maridos. Isso reforça a cultura do patriarcado presente na sociedade, onde o homem tenta impor suas vontades. Porém, aquelas que não desistiram perceberam pequenas mudanças no relacionamento. Iraci, uma das entrevistadas disse que sua visão era de que apenas o homem tomava as decisões na casa e, conseqüentemente, no relacionamento. Após sua entrada no MMCC relatou que passaram a dialogar mais entre eles e envolver toda a família nas decisões da casa. Enfatizou que o MMC a qualificou para o diálogo e deu instrumentos para que educasse seus filhos ensinando-os a respeitar e valorizar as mulheres.

Os ensinamentos também se aplicaram as mulheres que decidiram se separar, por entenderem que estavam em uma relação abusiva e precisavam se libertar. Essa mudança de postura das mulheres frente a essa questão tem mostrado que o movimento tem libertado as mulheres de uma visão limitada de que o homem é seu dono e seus desejos precisam ser compensados. “Ser mulher numa sociedade masculina, feita pelos homens e para homens, é ser classe dominada especialmente na sociedade capitalista.” (ALMEIDA, 2010, p. 24). Porém, isso não pode ser determinante. É preciso que os filhos e as filhas sejam educados/as em comum acordo, e que ambos se respeitem enquanto seres diferentes que são.

Sobre filhos/as, foi perguntado as mulheres sobre sua configuração familiar e das 25 mulheres, 14 delas informaram que têm filhos/as, 9 disseram que não têm e 2 não declararam.

Figura 5: quantidade de filhos/as por mulheres



Fonte: dados do questionário.

Ao analisar os dados, notamos que as mulheres que responderam ter acima de 4 filhos/as, são de idades mais avançadas. Os/as primeiros/as filhos/as nasceram entre as décadas de 1960 a 1980, período em que ainda não havia se popularizado os métodos contraceptivos e aquelas que conheciam e passaram a aderir no relacionamento, era motivo de brigas na relação, é o que conta a Irmã Ída ao realizar um trabalho nas comunidades rurais “*nós começamos a falar do método Billings<sup>6</sup>, fazia a relação no dia certo pra não engravidar. Aí o pessoal lá em Caculé, disse que eu era ateia, que eu era anticristã [...]. E foram lá falar pra o bispo, que era pra tirar essa freira de lá*”.

Após várias tentativas de introduzir essas discussões na comunidade a Irmã Ída relata que as mulheres começaram a resistir e passaram a ter relação somente no período que não estava fértil, para não engravidar. Nesse período ela criou o grupo de mães em que buscava trabalhar essa e outras questões que envolviam as mulheres, como, higiene, saúde e cuidados com o corpo. Nesses encontros, Lira também participou e com o conhecimento adquirido buscou levar também para o MMCC, em muitas de suas campanhas sobre a saúde da mulher.

Lira contou que além da falta de documentação, algo lhe chamou atenção nos encontros que começou a fazer no MMCC, que se refere à falta de conhecimento do próprio corpo por parte das mulheres. Isso foi trabalhado minuciosamente com ajuda da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e ela declara que:

*Foi um avanço muito grande na época, porque nós estávamos trabalhando a mulher na sociedade, na visão política daquela época, só que a gente percebia um desinteresse muito grande, que as mulheres não interessavam. E aí fomos trabalhando, discutindo e descobrindo que para você valorizar qualquer coisa, você tem que se valorizar. E começando daí com ajuda da psicologia social a gente achou que deveria trabalhar o corpo e foi uma das coisas melhor que a gente já fez, foi que a gente começou a trabalhar o corpo da mulher como um todo. (LIRA, 2019)*

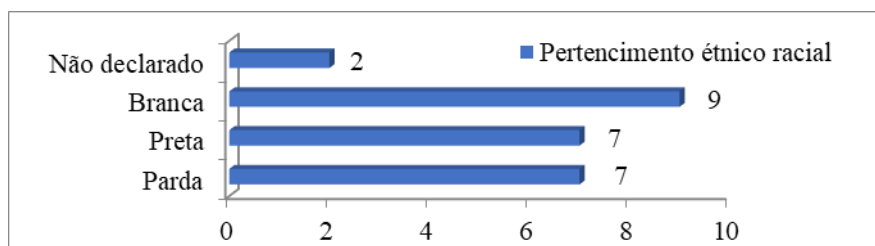
Ao longo da história negaram-se as mulheres o direito e a oportunidade de conhecer o próprio corpo e de estabelecer uma relação com ele. Com as diversas transformações culturais, econômicas, históricas e políticas, muitas mulheres passaram a vivenciar uma nova maneira de compreender seu corpo, podendo expressar seu prazer e consumir aquilo que deseja. Entretanto, ainda há mulheres que vive sob intensa dominação masculina, sendo seu corpo submetido ao prazer e aos desejos do homem.

Em relação à procedência das 25 mulheres, 16 residem no campo, 8 residem na cidade e uma não declarou. Lira enfatizou que as mulheres que moram na cidade tem um pé na roça e outro na cidade. Ela explica que quando as mulheres vão ficando idosas migram para a cidade e não quer sair do MMC, o que torna um desafio, porque nem sempre o dia que tem reuniões nas comunidades rurais elas podem comparecer e isso gera alguns conflitos difíceis de resolver.

No que refere ao pertencimento étnico a maioria das mulheres estão inseridas na categoria de negras, conforme ilustra a figura 6.

<sup>6</sup>O método de ovulação Billings é considerado um método contraceptivo natural, uma vez que consiste na observação do ciclo menstrual, sem o uso de remédios ou outros meios que impedem a gravidez. Disponível em: < <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sexualidade/metodo-ovulacao-billings-mob.htm> > Acesso em: 20 dez. 2020.

Figura 6: Pertencimento Étnico Racial das mulheres do MMC de Caetité



Fonte: dados extraídos do questionário

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), negras são pessoas classificadas como pretas e pardas. Portanto, ao considerar essa tese, encontra-se uma maior quantidade de mulheres negras dentro do MMC de Caetité

As 25 mulheres são trabalhadoras e a maioria delas realiza as atividades laborais na agricultura familiar. Outras são costureiras, professora, merendeira, faxineira, balconista, donas de casa, etc. Apenas uma das mulheres informou que é aposentada. Sobre a profissão identificamos por meio dos questionários que 14 mulheres são lavradoras, 2 são costureiras, 2 estudantes, 3 são professoras, 1 doméstica, 1 artesã e lavradora, 1 técnica em agricultura e 1 técnica em administração. Uma enfatizou que é formada no Ensino Médio e possui curso técnico em enfermagem.

Além da participação no Movimento de Mulheres Camponesas de Caetité, das 25 mulheres colaboradoras desta pesquisa, quase 50% informaram que há mais de dois anos participam de outro movimento social, dentre eles destacaram: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caetité; Comunidade Eclesial de Base, Pastorais da Igreja Católica; Associações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Associações de Agricultores e Moradores das Comunidades Rurais, Grupo de Artesanato, Clube de Mães e atividades comunitárias. Nesses movimentos, a maioria está inserida nas diretorias, comissões e conselhos, exercendo a função de coordenação, direção, presidência, secretaria e conselheiras. Sobre as demandas e as limitações da participação 5 mulheres informaram que as funções que exercem no movimento social exige a formação escolar e a maioria delas não tiveram acesso à escolarização.

De acordo com Reis (2014) as relações de gênero não podem ser entendidas como fato isolado na sociedade, pelo contrário, elas são constitutivas de toda realidade, pois o modelo paradigmático de ser homem e ser mulher regula todas as nossas atividades. Nesse texto, esse processo é insistentemente mostrado pelas mulheres entrevistadas quando falam das tentativas dos maridos para impedi-las de participar de atividades na Igreja e nos movimentos sociais; das responsabilidades com a vida doméstica para poupar os homens dos problemas presentes no cotidiano familiar; e das funções que desempenham como mães e trabalhadoras ao lado dos maridos, apesar de sua força de trabalho não ser reconhecida como geradora de renda.

#### 4 TRAJETÓRIAS DE VIDA, ATUAÇÃO COMUNITÁRIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS REALIZADAS PELAS MULHERES QUE PARTICIPAM DO MMC DE CAETITÉ-BAHIA

Delinear o perfil das mulheres, objeto deste estudo, implicou identificar além de traços pessoais, o lugar que cada uma ocupa em seus respectivos espaços de convivência, explicitando seus modos de atuação e participação no Movimento de Mulheres Camponesas de Caetité-Ba. Dentre os traços apresentados, priorizamos os que se referem à identificação pessoal, à participação em movimento social, aos espaços de formação e atuação, à profissão exercida,

aos motivos da entrada no MMCC, à situação social e econômica, à escolaridade, à faixa etária, e o pertencimento religioso e étnico. A intenção é que essa descrição nos possibilite conhecer marcas singulares de cada depoente das entrevistas e, ainda, suas regularidades com o “coletivo” de mulheres camponesas.

#### 4.1 LIRA

A primeira a ser entrevistada foi Lira, com 61 anos de idade, negra e com muita história para contar. Afirma que sua vida foi baseada na luta e no trabalho desde pequena. Solteira, filha de lavradores e uma das fundadoras do MMC de Caetité. Sua trajetória é marcada pelo trabalho e participação nos grupos de jovens da Igreja Católica, nas Comunidades Eclesiais de Base, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caetité, no Movimento de Mulheres Camponesas e na política.

Atualmente, mora na cidade de Caetité-BA com seus pais, já idosos, com 90 anos de idade. Disse que mudou do campo para a cidade na idade adulta. Sobre sua religião, afirmou ser Católica, “mais que respeita qualquer uma dessas que tem aí” como se fosse a sua. Para ela o essencial é acreditar “num Deus que onde você tiver, invocar Ele e tiver fê e praticar o bem ele tá contigo”. Lira desabafa que por estar hoje em uma entidade como o MMCC é alvo de várias críticas por alguns conservadores, o que a entristece e é um dos motivos que a faz deixar de participar dos encontros da igreja.

Em relação a sua trajetória escolar, disse não ter sido fácil. Com 4 anos de idade sua mãe a matriculou em uma escola na comunidade Lagoa do Fundo - Caetité, lugar onde morava à época. Mas nessa escola ficou pouco menos de um ano, pois devido a problemas de saúde de seu pai, sua família mudou-se para a casa de sua avó materna na comunidade de Lamarão - Caetité. Depois foram trabalhar e morar em uma fazenda na comunidade Dois Unidos - Caetité e ela passou a estudar nessa localidade. Após muitos anos morando nessa fazenda, o dono resolveu vendê-la e então sua família se viu obrigada se mudar novamente de casa. Nessa época não havia o transporte escolar nas comunidades rurais e todo o trajeto de sua casa até a escola era feito a pé.

Até a 5ª série<sup>7</sup> do Ensino Fundamental, Lira estudou na zona rural e por decisão de seu pai ficou uns 5 anos sem estudar para trabalhar na roça. Com incentivo de sua tia e de algumas professoras voltou a estudar, porém a jornada não era fácil:

*Eu vinha da roça com Bruno estudar a noite na escola da cidade. Nessa época nós já podíamos estudar à noite. Trabalhava até 4h da tarde, tomava um banho e saía correndo [...] vinha a pé. Quando era 7h da noite já estava dentro do colégio, pra estudar. Então foi assim que fizemos até a 8ª série. Trabalhava o dia todo e estudava à noite. Quando era 4h da madrugada a gente saía correndo e ia embora trabalhar e quando era 4h da tarde a gente estava voltando pra poder estudar de novo. Foram 4 anos nessa vida cansada. Eu batia 6 tacho de 16 rapadura por dia. [...] era muito pesado. Era eu e Bruno. Aí, a gente chegava muito cansado na escola. Tinha hora que a gente assistia aula mesmo porque tinha que assistir, mais era cansaço demais, mais a gente tinha interesse, eu nunca perdi um ano. (Lira, 2019)*

Após a conclusão da 8ª série<sup>8</sup> do Ensino Fundamental, Lira escolheu fazer o curso técnico em agropecuária, porém, devido a uma alergia o médico pediu para trancar o curso. Daí optou pelo magistério. Após 5 anos da conclusão

<sup>7</sup>Atualmente corresponde ao 6º ano do Ensino Fundamental.

<sup>8</sup>Atualmente corresponde ao 9º ano do Ensino Fundamental.

do curso, fez o vestibular e foi aprovada para cursar Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia, posteriormente, se especializou em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Mesmo não exercendo a profissão de professora, o conhecimento adquirido a ajudou nos projetos desenvolvidos no movimento. Para ela o estudo vai muito além do simples fato de exercer uma profissão futura, *“tem que estudar para que você seja uma cidadã consciente no seu papel na sociedade”* (LIRA, 2019). Afirmou que seu trabalho exige um enorme esforço, pois trabalha com todas as faixas etárias, mas diz gostar disso e que nasceu para trabalhar com o povo.

Ao perguntar sobre sua renda, Lira diz que é a parte mais complicada de lidar para a mulher, pois não foi educada para ser dependente dos outros. Mais que sempre se viu diferente de suas irmãs e das outras meninas que moravam na zona rural. Enquanto elas aguardavam o tão sonhado casamento, Lira buscava se aperfeiçoar em seus trabalhos para ser independente financeiramente. Sempre trabalhou na roça com seu pai, fazia artesanato, vendia na feira, tudo que pudesse lhe render honestamente um bom dinheiro. Lembra que quando era pequena pediu um pedacinho de terra a seu pai para plantar, então trabalhava com ele e nas horas vagas cuidava da sua roça: *“porque o dia que chegasse uma pessoa e eu quisesse ir lá quebrar uma espiga de milho ou apanhar um feijão pra dar, era meu”* (LIRA, 2019). Ressaltou que sempre gostou de ajudar as pessoas.

Quando completou 18 anos abriu uma conta poupança onde guardava toda sua economia. E esse dinheiro ajudou comprar a casa em que vive hoje com seus pais. Além dos trabalhos na roça e artesanato foi professora por 2 anos e também vereadora da cidade, período em que mais colaborou financeiramente com o MMCC, as comunidades quilombolas e as demais comunidades associadas ao movimento. Atualmente faz parte da secretaria de agricultura e no período da entrevista estava no processo de aposentadoria.

Algo que foi lembrado por Lira é que a questão camponesa sempre esteve interligada consigo, pois é um fator de sua vida. *“É impossível desligar o ser humano do meio ambiente, principalmente a pequena agricultora. Ela não vive só da produção de milho, feijão, vive de um todo, do meio ambiente, do artesanato. Ha uma ligação muito forte entre a questão rural e a vida”* (LIRA, 2019).

Olhar para sua história de vida é compreender que Lira desde sempre, esteve ligada ao que vive hoje, lutando para despertar nas mulheres o gosto pela liberdade em todos os seus aspectos. E com seu jeito leve e gentil conseguiu tocar no mais íntimo de algumas pessoas, como o seu pai, “provedor” de sua família, que buscava sabotar suas conquistas por simplesmente achar que alcançar o que alcançou não era coisa de mulher.

#### 4.2 IRACI

Iraci nasceu em 1958 em Lagoa do Fundo, comunidade Rural de Caetité-BA e é uma das irmãs de Lira. Teve uma infância marcada por dificuldades econômicas e problemas de saúde. É casada, mãe de 4 filhos homens, um com 27 anos, outro com 25 e dois gêmeos com 17 anos. Declara ser negra e da religião Católica. Atualmente reside no distrito de Maniaçú-Caetité-BA é trabalhadora rural e aposentada.

Iraci apresenta uma deformação na boca, o que a fez logo no início da entrevista nos contar sobre essa questão, que como ela apontou, foi um dos motivos para torná-la tímida:



*Com um ano de idade eu tive paralisia infantil. Aí eu não conseguia andar, pois comprometeu um braço e uma perna. Na época não tinha acesso a médico pra fazer tratamento, meus pais procuraram aquelas pessoas que rezavam e aí eles passavam aquela beberagem, remédio caseiro e aí foi dando [...]. Ficou só o problema na boca, a boca torta. Mais não me atrapalha em nada. Eu como, eu bebo, eu trabalho, eu faço de tudo, não sinto nada. (Iraci, 2019).*

No entanto, “o defeito físico na boca” a paralisou emocionalmente, pois sua vida era gerenciada por Lira e por sua mãe. Diz que após um evento no MMCC em que viajou sozinha e teve que resolver seus problemas se despreendeu da timidez e da baixa autoestima. Ressaltou que a realização de trabalhos sobre a valorização do corpo da mulher e da autoestima promovidos pelo MMCC a ajudou no processo de aceitação de si e a lidar com a deficiência física.

Relatou que sua entrada no MMCC se deu em decorrência da insistência de Lira, pois não sentia vontade de participar de movimento(s). Após o nascimento do seu primeiro filho suscitou nela o desejo de participar de grupos de mulheres. Reconhece que foi uma escolha importante para sua vida e de seus familiares.

Iraci declara que sua vida financeira atual está bem devido a sua aposentadora, mais que já sofreu bastante, pois já chegaram até a passar fome. Quando casou, ela e seu marido trabalhavam bastante, ele era vigilante de um abrigo e ela costureira. Depois ele foi demitido e começou um projeto de criar gado na zona rural, porém o gado morreu ficando novamente desempregado. Ela conta que foi um período de muitas provações, sem dinheiro, desempregada, engravidou aos 40 anos e corria riscos de vida. A única renda era o recurso que recebia do Programa do Governo Federal Fome Zero<sup>9</sup>.

Nesse momento contou com a ajuda de amigos para conseguir sobreviver. Relata também que seus filhos merendavam na escola e era a única refeição do dia. Mudaram-se para uma comunidade rural próximo a Maniaçú, no município de Caetité e começaram a plantar hortaliças e seu marido conseguiu um emprego de gari em Maniaçú. Então viu sua vida tomar outro rumo. Atualmente eles dividem as contas de casa com a renda proveniente do benefício da aposentadoria que ela recebe e do salário dele de gari. Ela afirmou que há uma cumplicidade entre ela e seu marido “*ele assume as despesas com a alimentação e eu fico com as despesas da casa, material escolar, roupa, sapato e outras*” (IRACI, 2019). Segundo Iraci a parceria e o diálogo estabelecidos na família se deram após sua inserção no MMCC. Conta que sempre achou que o homem era o único a ter voz na relação. Porém, ao participar dos encontros formativos percebeu que a mulher também tem seu direito de expressão e buscou levar isso ao seu casamento e hoje passa esses ensinamentos aos seus filhos.

No que se refere a sua vida escolar afirma ter feito até a 3ª série<sup>10</sup> do Ensino Fundamental, pois não se sentia motivada a enfrentar todas as dificuldades que Lira e seu irmão enfrentaram para estudar. Escolheu fazer cursos de costura, bordados e diz se interessar por artesanato e moda. Depois do nascimento de seus dois primeiros filhos até tentou retornar os estudos na Educação de Jovens e Adultos, porém teve que deixar devido a uma gravidez de risco. Reconhece a importância dos estudos e se arrepende de não ter concluído o Ensino Médio. Ainda sonha com um diploma e enquanto isso frequenta os cursos profissionalizantes e técnicos (cursos de pão, curso de pintura) oferecidos na comunidade.

<sup>9</sup>O Fome Zero foi um programa criado em 2003 pelo governo federal brasileiro, durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Tinha como finalidade garantir o direito à alimentação e à cidadania às populações vulneráveis à fome. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>.

<sup>10</sup>Atualmente corresponde ao 4º ano do Ensino Fundamental.

O depoimento de Iraci nos faz pensar que não são as escolhas e as circunstâncias da vida que nos definem quem somos, mas como reagimos diante delas. Além disso, reafirma que o MMCC é um espaço formativo que possibilita as pessoas reconstruir a vida, fazer projetos de futuro e se sentir integrada na sociedade.

#### 4.3 DÉ

Dé nasceu em 1977 em uma comunidade rural da cidade de Lagoa Real-BA. Com oito anos de idade passou a morar na cidade de Caetité com seu irmão e um primo, com o objetivo de estudar. É filha de lavradores, fez curso Técnico em Enfermagem e curso Técnico em Administração e hoje gerencia o MMCC. Declarou-se de religião católica, pertencimento étnico racial parda e estado civil solteira. Enfatizou que foi das poucas mulheres de seu tempo a conseguir concluir o ensino médio. Afirmou que gostava muito da área de enfermagem, porém devido uma renite alérgica teve que parar de trabalhar na Fundação Hospitalar Senhora Santana.

Durante um dos estágios na área administrativa conheceu o MMCC onde trabalha atualmente como autônoma. Produz bolos e salgados para a Lanchonete do MMCC. Além desses produtos, fornece manteiga e queijos feitos por ela e sua família. Dé lamentou o fato de muitas pessoas desconhecem o que é e o que faz o Movimento de Mulheres Camponesas de Caetité em prol da vida e da geração de renda de muitas famílias, principalmente das que são desprovidas de trabalho assalariado. Na visão de Dé o desconhecimento das práticas educativas realizadas pelo MMCC dificulta o apoio da população para a ampliação das ações e divulgação das atividades.

Para ela, uma mulher se destaca na sociedade, no trabalho, na família, na escola quando encontra suportes e oportunidades. Reconhece que seus pais ao permitirem que ela e seu irmão saíssem da roça e fossem morar na cidade para estudar oportunizaram a eles conhecerem e vivenciarem outra realidade que contribuiu para sua formação como mulher e cidadã.

#### 4.4 ESTRELA

Estrela nasceu em 1935 no Rio Grande do Sul e atualmente mora na cidade de Caculé-BA. Seus avós vieram da Itália, ainda jovens e solteiros, e se encontraram no Brasil. Casaram-se e tiveram 18 filhos, um deles era seu pai que se formou em magistério. Quando ele se casou ficou um tempo morando com seus pais e teve seus primeiros filhos, sendo a mais velha Estrela. Depois de algum tempo mudou-se para Santa Catarina, pois seu trabalho não lhe rendia o suficiente para manter os estudos de seus filhos. Já a mãe de Estrela era analfabeta e gostaria que seus filhos tivessem uma vida diferente da sua.

Quando criança, aos oito anos de idade, foi alfabetizada por seu pai e recebeu o seguinte ofício “*você fica em casa cuidando dos meninos e as outras vão estudar. Todas as três pegavam a bolsinha de pano e ia pra escolinha*” (ESTRELA, 2019). Por essa razão, Estrela só começou a frequentar a escola regular aos 15 anos de idade quando entrou para o colégio de Freiras. Decidiu ser Freira ainda criança e sempre pedia a seus pais para a matricularem na escola. No entanto, somente aos 15 anos esse pedido foi atendido. Sobre sua vocação ela relatou como aconteceu.

*A mãe dizia: você não tem vocação pra ser freira. Então, eu fiz uma promessa pra Nossa Senhora. A mãe gostava muito de rosas e atrás da casa era tipo um canteiro e plantei tudo quanto foi tipo de qualidade de rosa. Nem todo galho de rosa pega. De cinco galhos pega um. Eu plantei lá aí eu plantei até uma medalhinha de nossa Senhora. Eu falei assim: se a maioria dos galhos pegar é sinal que eu tenho a vocação pra ser freira. E todo dia eu levantava e ia lá e rezava 10 aves Marias e dava água. Pois olha, brotou quase tudo, morreram cinco ou seis. Plantei mais de 50. Ficou um roseiral, a coisa mais bonita, minha mãe falou assim: nossa como você tem a mão boa, que milagre é esse [...]. Mais eu não falei pra ela. Depois mais tarde contei pra minha mãe o que tinha acontecido. (ESTRELA, 2019).*

Quando entrou para o colégio de freiras se formou no ensino médio e fez duas faculdades: Pedagogia e Serviço Social. Estrela declara que a sua paixão era ensinar o outro ler e escrever porque ela com 15 anos não sabia ler direito. Chegou a trabalhar em escolas e em serviços comunitários durante a sua formação na igreja e nas faculdades. Mais teve que deixar devido ao chamado para trabalhar na Pastoral, onde está até os dias atuais. Sobre esse trabalho ela afirma:

*Eu trabalho na Pastoral. Mas trabalho também com a questão social. Acompanho a caminhada das comunidades, busco a vinculação entre a fé e a vida, a partir do direcionamento da Palavra de Deus, no ensinamento do próprio mestre que é Jesus Cristo. Por meio da Palavra ele questiona muito a atitude da humanidade que vive uma vida indigna e de opressão. Eu trabalho na linha libertadora de ver a igualdade, o respeito, a dignidade, a vida, a esperança e a alegria. Deus nos criou para saber viver e defender a vida digna para todos e todas. (ESTRELA, 2019).*

Sobre as marcas durante seu percurso escolar ela recordou das mães que trabalhavam, tinham famílias e estudavam. Além disso, os maridos dessas mulheres as perturbavam por fazerem faculdade. Estrela disse que ficava impressionada com a garra, a determinação, a luta e o sofrimento que as colegas casadas, mães e esposas sofriam com a pressão e xingamentos dos maridos que tentavam impedir e proibir que elas estudassem.

A fala de Estrela dialoga com a pesquisa de Aguiar e Paes (2018) que trata das especificidades da condição feminina, no que se refere ao ingresso, à permanência e a participação de mulheres que são mães, esposas, donas de casa ou trabalhadoras na escola (AGUIAR; REIS; PAES, 2020). O acúmulo de várias funções e papéis faz com que as mulheres experimentem uma vida sem pausas, ainda mais evidente quando interseccionamos classe e raça, afinal, são as mulheres negras e pobres que ao longo da história sempre foram obrigadas a trabalhar (na maioria das vezes cuidando da casa e dos filhos dos brancos) e ainda atender aos ditames socioculturais da sua condição de mulher (DAVIS, 2016).

Estrela menciona que no período de faculdade estudou muito sobre o porquê das mulheres sofrerem tanta repressão de seus maridos, pais e irmãos. Com os estudos na faculdade entendeu que homens e mulheres são construídos socialmente na cultura em que estão inseridos. Ou seja, ensinam desde a infância, as crianças são ensinadas a se portarem como homens e mulheres para serem socialmente aceitas. Por meio dos estudos na Bíblia compreendeu que o mundo deveria ser mais inclusivo e humano e que “Jesus foi um grande defensor e libertador das mulheres, pois na época que vivia, elas eram desprezadas pelo simples fato de serem mulheres, devido ao grande mito do Jardim do Éden<sup>11</sup>” (ESTRELA, 2019).

Segundo Estrela, infelizmente, no campo e na igreja, existem muitas mulheres passivas, submissas às ordens do marido e ao modelo de comportamento atribuído à mulher por uma sociedade machista. Esse modelo ainda se vê hoje,

<sup>11</sup>Mito criado pelo povo e igreja a.C. para justificar que a mulher estava condenada, por definição, a pagar eternamente pelo erro de Eva, a primeira fêmea, que levou Adão ao pecado e tirou da humanidade futura a possibilidade de gozar da inocência paradisíaca. Já que a mulher partilhava da essência de Eva, tinha de ser permanentemente controlada (PRIORE e BASSANEZI, 2009, p. 46).

ou seja, o papel da mulher na sociedade é ocupar-se dos afazeres domésticos e da educação dos filhos. Aquelas que se ausentam do lar para estudar, realizar trabalhos comunitários, religiosos ou sindicais são vistas como transgressoras.

Em relação a sua cor Estrela (2019) declara ser *“de todas as cores. Se pudesse pintava um braço de cada cor. Pra dizer que estou em comum com você. Estou em comunhão com você. Fazia uma simbiose de todas as cores”*. Durante seu depoimento deixa em evidência que sua mãe era racista, e que sofria muito, porque via o desprezo que sua mãe tinha para com os negros e os diferentes. Sempre a questionava por isso, porém não tinha sucesso nas respostas que ela lhes dava. Assim, quando entrou na congregação religiosa e começou os estudos em história, entendeu todo o sofrimento passado pelos negros o que a fez defender ainda mais essa causa.

Sobre o MMCC, Estrela diz conhecê-lo desde seu surgimento, pois quando Lira decidiu criá-lo elas trabalhavam juntas na CEB's. Nesse período em uma viagem para Itália conseguiu arrecadar fundos e doou para a estruturação do MMCC. Sempre que podia ajudava as mulheres com palestras e oficinas, mas afirma que sua intenção foi encorajá-las a se organizarem com protagonismo.

Ao indagarmos sobre a reação da igreja em relação ao seu envolvimento com o MMCC, ela disse que *“as irmãs pegavam muito no meu pé. Mais eu dava um jeitinho. Inclusive eu criei inimizade, sofri perseguição dentro da igreja e da congregação, porque eu diziam que era uma freira avançada. Hoje não é mais avanço. Eu fui sempre atrevida”*. E completa *“Eu vou onde sinto necessidade, onde precisar eu vou, onde houver pobres, oprimidos, injustiçados, estarei lá”* (ESTRELA, 2019).

Segundo Estrela, ela lutou contra muitas injustiças causadas aos mais necessitados, principalmente às mulheres, aos camponeses e aos perseguidos. Relatou um episódio que se refere a sua participação na luta contra a grilagem de terra ocorrida em 1984, na cidade de Tanque Novo-BA, período em que Maria de Azevedo foi assassinada. Para Estrela a luta pela vida, justiça e paz é o que dá sentido à sua existência no mundo. O conhecimento adquirido por ela nos livros, principalmente na Bíblia é o que a faz questionar quem ela é e o que significa estar no mundo em constante transformação.

## **5 PROCESSO DE CRESCIMENTO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES TANTO NO ASPECTO INDIVIDUAL QUANTO NO ASPECTO COLETIVO E SOCIAL**

O empoderamento é entendido como um processo individual e coletivo de questionar as ideologias e as bases das relações de poder patriarcais em vigor. (SIQUEIRA, 2014 apud SRILATHA BATLIWALA, 1994). Esse termo, tem se tornado muito comum nos dias atuais, e tem gerado revolta naqueles que não aceitam as boas relações de gênero na sociedade. Em contrapartida, a cada dia é possível notar uma diferença em algumas relações sociais e isso se dá por iniciativas como a do MMC Brasil, movimento que tem ganhado espaço na sociedade na luta em defesa das mulheres camponesas.

De acordo com Bosetti (2010) o ponto estruturante do Movimento das Mulheres Camponesas no que se refere a seu projeto político é a busca por uma forma alternativa de agricultura familiar, que seja capaz de reconhecer o papel da mulher camponesa e ao mesmo tempo garantir sua inclusão social enquanto categoria de trabalhador(a). Mas também, não deixa de apelar pela questão identitária e de gênero em torno da identidade da mulher camponesa que luta contra o sistema patriarcal.

É impossível dissociar a luta por inclusão das camponesas como categoria trabalhadora, da questão ser mulher. Pelo simples fato de serem mulheres, as batalhas por esse reconhecimento torna ainda mais difícil, pois é somada ao histórico da luta feminina e dos/as trabalhadores/as rurais. Isso é perceptível ao longo da entrevista com as mulheres do MMCC, principalmente no início de seu funcionamento. Precisaram romper primeiramente, com todo o preconceito da sociedade, para em seguida levar os ideais camponeses à frente.

Vale ressaltar, que nesse processo de adaptação, Lira contou com o apoio das CEB's de Caetité, período marcado pela Teologia da Libertação<sup>12</sup> por parte da igreja católica, que recomendava a vinculação entre fé e vida. Reis (2014, p. 54) afirma que “por meio da experiência educativa desenvolvida, as CEBs motivaram a participação dos indivíduos e favoreceram o surgimento de lideranças que atuaram no processo de mobilização e organização popular”.

No que se refere aos perfis das participantes do questionário e das entrevistadas do MMCC é possível notar como foi árdua e significativa as suas trajetórias em busca de um espaço na sociedade. Suas infâncias foram marcadas pelo machismo, falta de acesso e incentivo escolar e dificuldades. Encontram nos grupos em que participam motivos que as levaram romper com as discriminações de gênero de suas famílias, sociedade e por elas próprias.

Portanto, é possível notar que o processo de crescimento das mulheres do MMCC tanto no aspecto individual quanto coletivo, se deu pelas práticas educativas realizadas durante todo esse percurso de existência do movimento. A busca pelo conhecimento do próprio corpo, da sexualidade, das sementes crioulas, da geração de renda por meio da *Meuryluta* e *Apimuc* as permitiram enxergar muito além do que a sociedade as possibilitava ver.

## 6 CONCLUSÃO

Ser mulher camponesa é muito mais que ser somente do campo e produzir alimentos com qualidade. São peças fundamentais desse quebra-cabeça e, por trás de cada uma delas há questões que as complementam. A angústia, o sentimento de frustração e de impotência frente a uma sociedade patriarcal e machista que as massacram diariamente pela sua condição de ser mulher, as mobilizaram à lutar por novas relações sociais e de gênero e por políticas públicas que atendam às necessidades e os direitos das mulheres camponesas.

Filhas de uma sociedade feita de homens e para homens, as mulheres do MMCC, pretendem romper com os discursos, ações e práticas que criminalizam as mulheres que não aceitam mais a rotulação de sexo frágil e partem para a exigência de reconhecimento como mulher, mãe, esposa e trabalhadora rural, querem ser vistas em suas três jornadas de trabalho e não somente como gestoras do lar. O grupo de mulheres camponesas conseguiu, nos últimos anos, criar um novo estilo de reflexão e mobilização, e, gradualmente, penetrar nas estruturas de representação tradicionalmente ocupadas por homens, como diretorias das organizações sindicais, dos partidos políticos e das associações.

A participação em encontros formativos para discutir temáticas como: a educação dos filhos, autonomia financeira da mulher, sexualidade, agricultura familiar, produção de alimentos sem agrotóxicos, sementes crioulas, geração de renda e auto-organização contribuíram de forma crucial com o crescimento e empoderamento dessas mulheres. Portanto, é preciso continuar investindo na formação das jovens camponesas para que o MMCC continue sendo uma instância de luta e de resistência.

<sup>12</sup>A Teologia da Libertação é um novo modo de se fazer teologia ou um novo olhar sobre as fontes bíblicas da revelação cristã e a tradição da Igreja. Esse modo e esse olhar têm um centro ou lugar social: os pobres (BETTO, 1981, p. 172).



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Anailde. **A Construção Social do Ser Homem e Ser Mulher**. Salvador: EDUNEB, 2010.
- AGUIAR, Samara Gomes; PAES, Valquíria Normanha. **Mulher, mãe, dona de casa, esposa e trabalhadora: dificuldades e superações para ingressar e permanecer na universidade pública**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Departamento de Educação, DEDC Campus XII, Uneb, Guanambi, 2018.
- AGUIAR, Samara Gomes; REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira; PAES, Valquíria Normanha. O acesso e a permanência da mulher, mãe, dona de casa, trabalhadora e esposa no ensino superior: o que revelam as pesquisas? **Rev. ComCiência** [online], jun. 2020, vol. 5, no. 6, p. 10-15. ISSN 2595-1890. <http://dx.doi.org/10.36112/issn2595-1890.v5.i6.p10-15>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1981.
- BOGDAN, Robert. e BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1982.
- BOSETTI, Cleber José. **Movimento das Mulheres Camponesas: Identidade, Inclusão e projeto político**. Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia 11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais \_ NPMS 69.
- BRASIL. MMC. **Movimento de mulheres camponesas**. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>> Acesso em mai. 2019.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na contemporaneidade**. **Revista Brasileira de Educação**. V.1, n. 47. 2011.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social: Ciência e Cientificidade. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suelly ROMEU, Ferreira Gomes. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p. 09-26.
- Movimento de Mulheres Camponesas de Caetité. **Folheto n. 2**, 1997.
- Movimento de Mulheres Camponesas de Caetité. **Folheto n. 3**, 1998.
- NIGRI, Sara. **O conceito de gerações e as relações intergeracionais**. 2013. Disponível em <[http://prattein.com.br/home/index.php?option=com\\_content&view=article&id=736:o-conceito-de-geracoes-e-as-relacoes-intergeracionais&catid=98:estudos-e-indicadores-sobre-envelhecimento&Itemid=188](http://prattein.com.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=736:o-conceito-de-geracoes-e-as-relacoes-intergeracionais&catid=98:estudos-e-indicadores-sobre-envelhecimento&Itemid=188)> Acesso em 10. Jun. 2019
- PRIORE, Mary Del. BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. 9. Ed., 2 reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.
- REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira. **Mulheres camponesas e culturas do escrito: trajetórias de lideranças comunitárias construídas nas CEBs**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de. **Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano**. – Salvador, 2014.

ZAGO, Nadir. A Entrevista e seu Processo de Construção: reflexão com base na experiência prática de pesquisa. IN: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Maria Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.). **Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 287-309.